

Transcrição das Razões do VETO TOTAL Nº 06/13, ao Projeto de Lei Complementar nº 33/12 – Mensagem nº 71/12.

**Excelentíssimos Senhores Integrantes
do Poder Legislativo Mato-grossense:**

No exercício das prerrogativas contidas nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, da Constituição do Estado de Mato Grosso, levo ao conhecimento de Vossas Excelências as **RAZÕES DE VETO TOTAL**, aposto ao Projeto de Lei Complementar que *“Dispõe sobre o Programa de Assistência a Saúde do Servidor Público do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências”*.

O Projeto de Lei em tela, conduzido à Assembléia Legislativa pela Mensagem nº 71/2012, retornou ao Poder Executivo carreando emendas parlamentares, estas externadas da seguinte forma: **inclusão do termo** “ no âmbito do MT Saúde” no **caput do art. 1º**; **inserção do termo** “do Programa de Assistência à saúde de que trata o caput deste artigo” no **parágrafo único do art. 1º**; e **alteração dos seguintes dispositivos: art. 2º; art. 4º, § 1º; art. 5º, inciso IV; art. 9º**.

Ao cotejo das alterações promovidas, observa-se que as relacionadas ao parágrafo único do art. 1º e ao inciso IV do art. 5º somente se prestam a dar redação diferenciada daquela proposta pelo Poder Executivo, sem se distanciar das intenções precipuamente manifestadas nesses dispositivos. O mesmo, no entanto, não se pode dizer das emendas incursas no art. 1º, *caput*, art. 2º, art. 4º, § 1º, e art. 9º.

Examinando-se a ementa efetivada no **art. 1º, caput**, nota-se que a nobre Assembléia Legislativa intencionou estabelecer a previsão de que “O Estado de Mato Grosso institui, **no âmbito do MT Saúde**, o programa de assistência ao Servidor Público do Poder Executivo” (sem grifo no original). Daí se depreende que, diferentemente da proposta apresentada pelo Poder Executivo, ao que parece, a emenda acabou por vincular o programa ao âmbito do MT Saúde.

Curiosamente, porém, outra emenda parlamentar estipulou no **art. 5º, IV**, que o auxílio de que trata a lei sob comento “**não poderá ser percebido por beneficiário** que permaneça no modelo de gestão de **plano de saúde que trata a Lei Complementar n. 127**, de 11 de julho de 2003”(também sem grifo no original) a qual, a propósito, criou o Mato Grosso Saúde. Em outras palavras e ante as anotações acima, percebe-se que apesar de o programa restar instituído no âmbito do MT SAÚDE, o benefício não poderia ser percebido pelo servidor incluído no MT Saúde.

E mais. Embora o beneficiário do MT Saúde não possa receber o benefício mencionado no diploma, segundo a **ementa efetivada no art. 9º**, “**As despesas** decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do

Estado, **alocadas no Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado** – Mato Grosso Saúde” (sem grifo no original).

Como se vê, as modificações inseridas pela Assembléia Legislativa no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo acabaram gerando dissonâncias entre os comandos do diploma, e tais incongruências, levadas em conta, tornam a proposta de lei carecedora de interesse público, notadamente em razão das dificuldades de se aplicá-la concretamente.

Além disso, cumpre ressaltar que a emenda articulada para o **§ 1º do art. 4º**-comando que passou a dispor que “O valor do auxílio deve ser reajustado automaticamente com o mesmo índice aplicado no plano de Saúde dos Servidores” -, poderia causar substancial aumento de despesa pública, aumento este que poderia surgir divorciado de uma previsão orçamentária.

Vale anotar que, atento à necessidade de planejamento das despesas públicas, foi que o Poder Executivo estipulou o INPC como o índice adequado para embasar o reajuste anual do auxílio referido, vez que este se mostraria adequado a repor desgaste os relacionados à inflação anual. Todavia, a Assembléia Legislativa, ao vincular o referido reajuste às regras de mercado que definem os valores dos planos de saúde, tornou imprevisível, para efeitos de planejamento, a despesa gerada pela lei.

Desse modo, conclui-se que, permanecendo a previsão efetivada pelo Poder Legislativo, o repasse do auxílio mencionado na lei poderia levar o Estado a descumprir as previsões contidas no artigo 167, II, da Constituição Federal, reproduzido no artigo 165, II, da Constituição Estadual, dispositivos que estabelecem expressa vedação a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais. Por via reflexa, estaria o Estado também afrontando as regras afixadas nos artigos 15, 16 e 17, da Lei Complementar n. 101/2002 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sendo assim, Senhores Parlamentares, tendo em vista que os artigos **1º, 2º, 5º, IV e 9º** do projeto de lei deixam de atender o interesse público - o que por si só faz acarreta a inviabilidade de todo o diploma -, e tendo em vista, outrossim, a inconstitucionalidade constatada **no § 1º do art. 4º**, o qual afronta a Constituição da República em seu artigo 167, II, bem como da Constituição Estadual em seu artigo 165, II, **VETO INTEGRALMENTE** o projeto de lei apresentado à chancela do Poder Executivo, submetendo-o à apreciação dos membros dessa Casa de Leis, e aguardando sua acolhida nos termos das razões expostas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossas Excelências os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 17 de janeiro de 2013.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado